

EDITORIAL

Outubro deve ficar marcado pela votação da Cobrança Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A proposta de emenda constitucional (PEC) prorroga a taxa e a Desvinculação das Receitas da União (DRU) até 31 de dezembro de 2011. A oposição vinha obstruindo as votações da Câmara para impedir a aprovação, mas o plenário aprovou, em segundo turno, a medida, no dia 10. A matéria ainda será apreciada pelo Senado.

Pela legislação atual, a CPMF acaba em 31 de dezembro, mas o governo quer prorrogar a cobrança, que corresponde a mais de 8% da arrecadação federal. Neste ano, a CPMF renderá mais de R\$ 35 bilhões à União. Desde sua criação, há 11 anos, na gestão de FHC, a CPMF já levou para os cofres do governo cerca de R\$ 300 bilhões. Criada como provisória, tinha por finalidade financiar a saúde pública, com uma alíquota inicial de 0,2%, que agora já está em 0,38%. No entanto, os recursos acabam desviados para outros setores e a saúde é menos beneficiada do que deveria. O texto prevê também a prorrogação da DRU, que permite ao governo movimentar livremente 20% dos recursos vinculados do orçamento federal.

Se, de um lado, o governo federal tenta prorrogar a cobrança da CPMF para manter um sistema estéril, a governadora Yeda Crusius encaminhou, à Assembléia Legislativa, um pacote com medidas para sanar as contas públicas do Rio Grande do Sul. O projeto prevê a extinção de cargos em comissão, a venda de imóveis não utilizados para o pagamento de precatórios, entre outras ações que visam à reestruturação da máquina administrativa. O plano prevê aumento da alíquota básica de ICMS de 17% para 18%. O imposto sobre álcool e gasolina, energia elétrica e telecomunicações passará de 25% para 30%. Sobre o diesel, a alíquota passa de 12% para 13%. Composto por seis projetos de lei e um decreto, o conjunto de propostas tem por objetivo zerar o déficit financeiro de R\$ 1,3 bilhão previsto para 2008.

Ou seja, o produtor rural terá de rever, mais uma vez, suas contas – que já estão no vermelho –, para pagar mais ICMS, já que a elevação atinge em cheio produtos e serviços usados no campo. Mas nada que se compare ao sangramento causado pela queda do dólar e simultânea elevação do preço dos insumos para a lavoura e a pecuária.

O cenário demonstra a concentração da arrecadação de impostos nos cofres federais, deixando o Estado a descoberto. Foi assim com o repasse do Fundo de Compensação às Exportações, antiga Lei Kandir, e com os repasses decorrentes da estadualização das estradas federais.

Com a iminência de apreciação dos dois projetos – da CPMF e do aumento do ICMS –, é importante que a sociedade – em especial, os produtores – fique atenta e acompanhe o desenrolar das matérias. Mais importante é o acompanhamento e a participação dos cidadãos nos debates sobre o futuro do Estado e do País.

Falando de mulas

Blau Souza*

Uma das muitas provas de que a economia do Rio Grande do Sul sempre foi complementar a de outras regiões do Brasil está no comércio de mulas que tanto movimentou o Continente de São Pedro e depois a Província e o Estado mais meridional do país. A exploração do ouro em Minas Gerais e depois a cultura do café em São Paulo garantiram por séculos o mercado para os preciosos animais. De início, o Rio Grande servia de passagem para mulas criadas na bacia do Rio da Prata e que engrossavam tropas Brasil acima. Aliás, os estancieiros platinos já tinham experiência em produzi-las para atender às necessidades das minas de prata de Potosí. Desafiar o monopólio das cortes ibéricas, contrabandear e obter lucros ficava mais fácil quando convinhavam a interesses inconfessados dos portugueses e, depois, do Império do Brasil. Figuras como Cristóvão Pereira de Abreu abriram caminhos e tropearam antes mesmo da fundação do Presídio de Jesus Maria José, origem de Rio Grande, nossa primeira cidade.

Barbosa Lessa explorou com muita felicidade os procedimentos para obter boas mulas. Era difícil fazer com que as éguas fossem cobertas pelos valorizados burros *hechores* num tempo de campos indivisos e tropilhas xucras com muitos machos inteiros misturados à eguada. Certamente muitos cavalos foram *beneficiados* pela ação dos gaúchos de então, que passaram a castrar potros e cavalos de todas as idades. As fêmeas passaram a valer, deixando no passado o hábito de *correr égua*, descrito por

Simões Lopes Neto e que exterminava um bom número de animais a cada ano. Elas se valorizaram como candidatas a serem emprenhadas pelos burros e gestarem disputados produtos híbridos. A existência de um mercado certo em que o preço da mula correspondia ao de três vacas, explica as alterações nos costumes dos gaúchos. Logo houve medidas de proteção à atividade no Rio Grande, desestímulo a criação em outras regiões do país e proibição à entrada de animais recrutados na América espanhola. Criar mulas e tropeá-las Brasil acima ocupava muita gen-

Mas as mulas davam lucro e era preciso criá-las... No máximo, os gaúchos conseguiam esconder os melhores cavalos e as melhores éguas para assegurar o surgimento e a evolução de um cavalo que se adaptasse às atividades campeiras e que desse asas a suas fantasias. Isso foi conseguido e o cavalo afirmado no pampa passou a dispensar a mula, bem antes que as máquinas o fizessem. Rústico, forte, belas pelagens, o cavalo do pampa criou um nicho no ideário gauchesco que resiste a comparações.

te. O tilintar do cincerro das éguas madrinhas guiou tropas, abriu caminhos e semeou cidades Brasil afora.

A rusticidade, a força, a mansidão e o posicionamento humilde das mulas as diferenciava dos corcéis indóceis, velozes e de bela estampa. Não era por acaso que as autoridades eclesiásticas instruíam os padres a montarem mulas e não cavalos, para desempenharem seu sacerdócio. Não ficava bem a fra-

des pregadores da humildade e de outras virtudes cristãs montarem fogosos cavalos, sempre prontos a afrontar poderes e até a carregar na garupa alguma china candongueira. A condição de animal híbrido, facilitava a opção pelas mulas. Capazes de trabalhar de sol a sol, cargas pesadas, subindo e descendo serras, elas jamais tinham sua capacidade de trabalho diminuída pela existência de prenhez ou maternidade. Antes da fase áurea do regionalismo gaúcho, o catarinense Pedro Raimundo, um dos pioneiros, cantava: “Eu tenho uma mula preta com sete palmos de altura...” Em que pese serem cantadas e estarem muito presentes na região serrana, elas não agradavam ao homem do pampa como montarias. Pois eles não queriam montar animais afeitos à rotina, constantes, impróprios para carregar e esbarrar em cargas de individualismo incontrolável. Mas as mulas davam lucro e era preciso criá-las... No máximo, os gaúchos conseguiam esconder os melhores cavalos e as melhores éguas para assegurar o surgimento e a evolução de um cavalo que se adaptasse às atividades campeiras e que desse asas a suas fantasias. Isso foi conseguido e o cavalo afirmado no pampa passou a dispensar a mula, bem antes que as máquinas o fizessem. Rústico, forte, belas pelagens, o cavalo do pampa criou um nicho no ideário gauchesco que resiste a comparações. Antes que essas *mal traçadas* se transformem em mais uma ode ao cavalo crioulo, bato em retirada, ou melhor, vou *picando a mula*.

*** Médico e escritor**

EXPEDIENTE

SISTEMA FARSUL



Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul



Rio Grande do Sul



CENTRO DO AGONEGOCIO

FARSUL

Presidente:
Carlos Rivaci Sperotto
Vice-presidente:
Gedeão Silveira Pereira
Diretor Administrativo:
Francisco Lineu Schardong
Diretor Financeiro:
Jorge Rodrigues

SENAR-RS

Presidente:
Carlos Rivaci Sperotto
Superintendente:
Eduardo Delgado
Divisão Administrativa:
Carlos Alberto Schütz
Divisão Técnica:
Taylor Favero Guedes
Div. Planejamento e Projetos
Saulo Gomes

JORNAL SUL RURAL

Diretor: Décio Rosa Marimon
Jornalista responsável:
Marcela Duarte (MTB 9.870)
Fotos: Fabrício Barreto, Luiz Ávila e arquivo
Colaboração:
Alessandra Bergmann
Circulação Mensal
Tiragem: 32.000 exemplares

Administração, redação e comercial: Praça Saint Pastous, 125 - Fone: (51) 3214.4400
Fax: (51) 3221.9113 e-mail: sulrural@farsul.org.br - Porto Alegre/RS - Cep 90051-170